

ARTIGO

DS

O ADIAMENTO DO ENEM E A LUTA DE TODOS PARA TODOS

O Enem é elaborado pelo Ministério da Educação desde 1998. Nesses 22 anos, o exame mostra um caráter democrático e inclusivo. Uma ferramenta do Estado para levar um mínimo de equidade às oportunidades dos estudantes brasileiros, independentemente se oriundos de escolas públicas ou privadas.

O Enem é o segundo maior exame do mundo em número de participantes. Apenas em 2020, em meio a todas as dificuldades geradas pela pandemia do novo coronavírus, foram mais de 5,5 milhões de inscrições realizadas, segundo o MEC. Logo, com um objetivo de existência tão honroso, utilizá-lo em um momento de crise como reforço de diferenças e desigualdade seria manchar a história de um exame que se desenvolve a cada ano e é exemplo internacional de boas medidas educacionais.

Após muita pressão, o governo toma a decisão correta ao adiar a prova. Não podemos dizer que as aulas continuam normalmente durante o isolamento social, quando mais de 30% da população não tem acesso à internet. Grande parte dos brasileiros não têm sequer acesso ao saneamento básico, quem dirá aparelhos eletrônicos para acessar conteúdos e manter os estudos em dia. E aqui nem entramos na esfera das dificuldades que surgem ao longo da pandemia, como o aumento do abuso doméstico, a fome, a necessidade de auxiliar em casa e, cada vez mais frequente, o luto de um ente querido perdido para a doença.

Mais de 16 países com Exames Nacionais adiaram as datas de realização, reconhecendo que as propostas de atividades não presenciais deixam de alcançar parcela significativa dos alunos, aumentando as desigualdades de oportunidade àqueles que têm pouco ou quase nenhum acesso às tecnologias digitais. A decisão, aprovada pelo Inep, também denota reconhecimento e preocupação com o quadro de precariedade e desigualdade presente em nosso país. Sabe-se que este adiamento não é a solução dos problemas educacionais brasileiros, entretanto, auxilia na luta pela equidade de acesso aos serviços educacionais e oportunidades de ingresso ao Ensino Superior.

Agora, inúmeras são as ações que ainda precisam ser tomadas e as políticas públicas definidas e executadas para que os alunos da Educação Básica possam contar verdadeiramente com o direito à Educação. O Inep promove, em junho, uma enquête direcionada aos inscritos do Enem 2020, para definição da nova data do exame. A enquête é on-line, apenas com os inscritos, e, segundo o ministro Abraham Weintraub, sem a interferência de órgãos de classe. Porém, com tamanha limitação, quem assegura que as vozes dos menos favorecidos serão ouvidas? Além de um prazo, ainda incalculável, para a realização segura das provas, é necessário também pensar na situação dos já universitários que terão seu ano letivo atrasado, gerando consequências no calendário dos ingressantes do próximo ano.

Alunos, educadores e demais envolvidos recebem o anúncio do adiamento como um sopro de força e esperança na eterna e importante luta de equidade ao acesso à Educação de qualidade, mas essa luta ainda não acabou e precisamos estar próximos e atentos às próximas medidas que envolvam todos, não só alguns.

Angela Biscouto, consultora pedagógica do Sistema de Ensino Aprende Brasil, e Vanessa Zanoncini, supervisora pedagógica do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabíola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 99809.2921

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

Sindicato requer que Junqueira coloque em teletrabalho servidores do grupo de risco



Grupo de Risco na modalidade de teletrabalho

O pedido veio após o sindicato receber diversas reclamações

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O Sindicato dos Servidores Públicos de Tangará da Serra (Sserp) protocolou nesta sexta-feira, 12, o Ofício nº 21/2020, requerendo do Prefeito Fábio Martins Junqueira o enquadramento dos Servidores Públicos Municipais no Decreto Municipal do rol do Grupo de Risco na modalidade de teletrabalho, da mesma forma que foi decretado pelo Governo Estadual.

O pedido veio após o sindicato receber diversas reclamações acerca das aglomerações para bater o ponto, na falta de cuidados com o servidor

na tratativa da não disseminação do Covid-19, e ainda na continuidade de serviços não essenciais. “Um município que exige dos empregadores que notifiquem acerca dos casos de contaminação em suas empresas e consequentemente paralise suas atividades deve dar o exemplo e manter seus servidores protegidos na medida do possível”, destaca a diretoria do Sindicato.

“Neste momento de pandemia, a Administração Pública Municipal deve se mostrar responsável pelos seus servidores, realizando os testes rápidos na detecção do Coronavírus, fornecendo EPI como máscaras, álcool, aventais descartáveis, entre outros equipamentos. Este é um momento de atenção e cuidado redobrado, pois, conforme os dados oficiais do Governo o número de contamina-

ção só aumenta e o número de leitos em hospitais só diminuem”.

O Sindicato pede que sejam submetidos ao regime de teletrabalho os servidores do Grupo de Risco quais sejam: os servidores e empregados públicos com mais de 60 anos, salvo ato administrativo que reorienta a execução das atividades de setores que exijam deslocamento; b) diabéticos; c) hipertensos; d) com insuficiência renal crônica; e) com doença respiratória crônica; f) com doença cardiovascular; g) com câncer; h) com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico; e i) gestantes e lactantes.

Caso o pedido não seja atendido, nas próximas semanas, a diretoria confirmou que o próximo passo será uma ação judicial contra o Executivo.

FAISSAL

Deputado solicita iluminação pública para o anel viário de Tangará da Serra

Assessoria ALMT

O deputado estadual Faissal Calil (PV) apresentou indicação ao secretário de Estado e Infraestrutura e Logística (Sinfra), Marcelo de Oliveira e Silva, para a instalação de iluminação pública em toda a extensão do anel viário de Tangará da Serra. A indicação foi apresentada na sessão plenária da

última quarta-feira, 10, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

De acordo com o parlamentar, a medida vai proporcionar maior visibilidade ao trecho de mais de 14 quilômetros e que não possui iluminação. “Além de ajudar na visibilidade ao motorista, vai propiciar melhor qualidade no trânsito e segurança aos que trafegam pelo local”, explicou Faissal.

O deputado ressaltou que a falta de iluminação em vias públicas gera insegurança e facilita a ação de marginais. “Recebemos em nosso gabinete a solicitação do senhor Taylor Lopes e dos moradores da região que reclamam da falta de postes e lâmpadas desse local, o que tem gerado muitos transtornos e insegurança aos moradores do município”, justificou o parlamentar.